

PODER / Chega ao fim prazo dado por Dino para que Câmara, Senado e AGU expliquem as “emendas de líder”. Se não forem convincentes, dinheiro usado pelos parlamentares para aplicar em suas bases continuará bloqueado

Hora de encarar o Supremo

» ISRAEL MEDEIROS

A continuidade do longo impasse envolvendo emendas parlamentares dependerá da resposta que Câmara, Senado e Advocacia-Geral da União (AGU) darão ao Supremo Tribunal Federal aos questionamentos sobre uma resolução aprovada pelo Congresso em 13 de março. Isso porque, cindo dias depois, o ministro Flávio Dino, do STF, deu 10 dias para que o Legislativo e o Executivo explicassem por que o projeto de resolução aprovado para resolver as lacunas de transparência não atendeu às exigências do Judiciário. Segundo deputados e especialistas ouvidos pelo **Correio**, a manobra do Legislativo será difícil de explicar.

O prazo estipulado por Dino acaba hoje, para a AGU, e amanhã, para a Câmara e o Senado. A diferença se dá porque considera-se o dia em que cada um recebeu a notificação.

A resolução que é alvo de questionamento altera as regras de indicação dos recursos, mas, em contrapartida, permite a continuidade de uma prática que ficou conhecida como “emendas de líder” — que é quando líderes partidários assinam indicações de dinheiro da União que deveriam ser discutidas e destinadas coletivamente.

Um exemplo disso são os R\$ 4,2 bilhões bloqueados por Dino em dezembro do ano passado. Com as comissões fora de funcionamento na Câmara, 17 líderes partidários enviaram ao governo um ofício secreto com indicações de emendas de comissão. Algo parecido ocorreu no Senado, com um montante de R\$ 2,5 bilhões. As duas casas do Congresso tentaram explicar a manobra, mas o ministro considerou a argumentação insatisfatória e manteve parte

Antonio Augusto/STF



A transparência é um dever em relação aos reais donos do dinheiro público destinado pelas emendas parlamentares. Somente o pensamento iliberal se beneficia com práticas orçamentárias tumultuadas ou improbas”

Crítica do ministro Dino a respeito da falta de transparência na aplicação do dinheiro público

dos recursos bloqueados. Dessa vez, o questionamento foi feito pelo PSol junto ao STF.

Prejuízo

O maior prejudicado pelo impasse é o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sem liberar as emendas, o Executivo não conseguirá aprovar matérias que são consideradas essenciais pelo Palácio do Planalto para a reeleição, em 2026. A exceção é o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, tratado com simpatia pelos parlamentares, que poderão colher frutos políticos da eventual aprovação. É a mesma lógica por

trás da cobrança da liberação das emendas: os congressistas querem levar crédito por políticas públicas que podem ajudá-los na campanha do ano que vem.

Se Dino novamente considerar a explicação insatisfatória, e mantiver os recursos bloqueados, caberá à nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, dialogar com deputados e senadores para tentar segurar as rédeas da iminente crise. Será dela, também, a responsabilidade de ampliar o diálogo com o STF por uma solução política.

Há empecilhos, no entanto, já que parte dos parlamentares acredita que o governo tem feito

jogo duplo. No ano passado, os congressistas acusaram o governo de atuar em conjunto com o STF para não pagar as emendas. A tendência, segundo deputados ouvidos nas últimas semanas pelo **Correio**, é de que a cobrança sobre o Palácio do Planalto aumente se os recursos permanecerem bloqueados.

Para 2025, o montante reservado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o pagamento de emendas parlamentares é de R\$ 50 bilhões. O governo é obrigado a desembolsar R\$ 39 bilhões desse total. Há, ainda, R\$ 11,5 bilhões em emendas de comissão, que são alvo de questionamento pelo STF.



O texto permite que os parlamentares façam indicações por meio de suas bancadas partidárias, constando apenas a assinatura do líder da sigla, sem identificação do autor original”

Argumento do PSol que levou o ministro Flávio Dino, do STF, a exigir explicações sobre a “emenda de líder”

Novela se arrasta (e irrita o Congresso) desde 2024

O impasse sobre emendas parlamentares começou em agosto do ano passado, quando o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, bloqueou recursos bilionários por falta de transparência e rastreabilidade. A retenção atingiu todas as emendas parlamentares e se estendeu até dezembro, período em que o governo federal corria contra o tempo para aprovar o pacote de corte para enxugar gastos em 2025.

Com a relação com o Congresso desgastada, o Palácio do Planalto articulou para tentar a liberação das emendas. O Legislativo chegou a aprovar um projeto com novas regras para os recursos, como determinou o STF. O texto, no entanto, avançou pouco no quesito transparência e não resolveu os problemas apontados por Dino.

No fim de dezembro, o ministro voltou a apertar o cerco e bloqueou valores bilionários de

emendas de comissão. Os líderes do Senado e da Câmara haviam indicado R\$ 6,7 bilhões em recursos, mas não conseguiram comprovar que tais verbas foram discutidas nas comissões — como exige a legislação. O resultado foi a retenção de R\$ 4,2 bilhões, na Câmara, e R\$ 2,5 bilhões, no Senado.

Assim como deve ocorrer nesta semana, Câmara e Senado tentaram explicar por que lideranças assinaram a autoria de emendas

que deveriam ser coletivas. A resposta do ministro foi categórica: Dino afirmou que o Orçamento virou uma “balbúrdia” e que a indicação das emendas continha uma “nulidade insanável”.

“A transparência é um dever em relação aos reais donos do dinheiro público destinado pelas emendas parlamentares. E é algo que fortalece a política como instância fundamental para a sociedade. Somente o pensamento iliberal, que

se nutre e é nutrido pela antipolítica, se beneficia com práticas orçamentárias tumultuadas ou improbas”, criticou o ministro.

Já em 2025, Executivo, Congresso e STF tentaram um acordo. O STF aprovou um plano de intenções articulado pela AGU junto ao Legislativo, e o Congresso votou uma resolução em 13 de março. O problema é que a nova norma manteve as “emendas de líder”. (IM)

Mudança para pouco se alterar

O pedido de explicações feito pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), é uma resposta a um pedido do PSol, que apontou que a resolução do Congresso é um dribble nas exigências da Corte. “O texto permite que os parlamentares façam indicações por meio de suas bancadas partidárias, constando apenas a assinatura do líder da sigla, sem identificação do autor original”, argumenta o partido, na petição apresentada em 15 de março à Corte.

“Trata-se, conforme já denunciado nos autos desta ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), de ‘uma nova fase do orçamento secreto’”, por meio de um mecanismo que recebeu a alcunha de ‘emendas dos líderes’, cujo objetivo é o de sempre: ‘esconder quem é quem nas planilhas de bilhões de reais’”, frisou o partido na petição.

Para a Transparência Brasil, a resolução aprovada pelo Congresso “cria mais uma versão do orçamento secreto e o perpetua, em clara afronta aos princípios constitucionais da publicidade e da moralidade, que orientam o processo orçamentário, e às determinações do Supremo Tribunal Federal. O texto não atende ao plano de trabalho homologado pela Corte, nem aos interesses da sociedade”.

Na sequência à aprovação da resolução pelo Congresso, a entidade divulgou uma nota, assinada também pela Transparência Internacional e pela associação Contas Abertas, em que explica que a autoria das proposições e indicações de emendas coletivas continuará oculta, “reproduzindo a dinâmica adotada com as emendas do relator entre 2019 a 2022”.

“Ao aprovar o texto da resolução, o Congresso menosprezou, mais uma vez, a vontade e as demandas da sociedade, em evidente desrespeito às determinações do Supremo Tribunal Federal para que seja assegurada plena transparência e rastreabilidade ao processo orçamentário”, diz a nota, publicada em 13 de março. (IM)

DIPLOMACIA

Ataque hacker ao Paraguai causa saia justa ao Brasil

» VICTOR CORREIA

As relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai vivem o pior momento, em muitos anos, por causa da denúncia de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) realizou um ataque hacker para roubar dados sigilosos de autoridades paraguaias sobre as negociações relacionadas à tarifa da hidrelétrica de Itaipu, administrada pelos dois países. A repercussão do episódio motivou uma reunião entre o chanceler Mauro Vieira e o ministro das Relações Exteriores paraguaio, Rubén Ramírez Lezcano, para prestar esclarecimentos. Os dois países, porém, tentaram reduzir a importância do problema.

O ataque hacker foi divulgado pelo colonista Aguirre Talento, do portal *UOL*, ontem. Segundo uma investigação da Polícia Federal (PF), agentes da Abin lançaram uma ofensiva contra computadores do Congresso e da Presidência da República do Paraguai para obter informações confidenciais.

O objetivo seria auxiliar na negociação sobre a tarifa da compra da energia excedente de Itaipu, cujo valor o Paraguai pretendia aumentar. O acordo foi fechado em maio de 2025, quando o Brasil concordou em pagar mais pela energia comprada do

Preços em rota de subida

A hidrelétrica de Itaipu é gerenciada por Paraguai e Brasil, que compra a energia excedente do país vizinho. Os termos da venda foram renegociados nos últimos anos, com os paraguaios cobrando uma tarifa maior, de cerca de US\$ 22 por kW, em relação aos US\$ 16,70 kW que eram desembolsados pelo lado brasileiro. Em maio de 2024, os dois países fecharam um acordo e reajustaram o preço em 15,4%, chegando a US\$ 19,28 por kW. Também se comprometeram a rever o Anexo C do tratado de Itaipu, que define as bases financeiras da geração de energia da usina. Para o Brasil, os preços deveriam estar baixando e não subindo.

país vizinho, mas menos do que o pedido pelo governo paraguaio.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) negou envolvimento do atual governo na operação. “O governo do presidente Lula desmente, categoricamente, qualquer envolvimento em ação de inteligência, noticiada hoje (ontem), contra o Paraguai, país membro do Mercosul

Márcio Batista/MRE



Vieira garantiu a Lezcano que o governo Lula nada tem a ver com a bisbilhoteira contra os paraguaios

com o qual o Brasil mantém relações históricas e uma estreita parceria”, frisa o texto.

“A citada operação foi autorizada pelo governo anterior (de Jair Bolsonaro), em junho de 2022, e tomada sem efeito pelo diretor interino da Abin em 27 de março de 2023, tão logo a atual gestão tomou conhecimento do fato”, acrescenta a nota do MRE.

Segundo o depoimento de um servidor da Abin envolvido na operação, e coletado pela PF, o ataque ocorreu durante a gestão do atual diretor da agência, Luiz Fernando Corrêa, indicado ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agentes da Abin teriam viajado para o Chile e para o Panamá para montar os servidores utilizados na ofensiva hacker.

O governo negou que a autorização tenha partido da atual gestão.

“O atual diretor-geral da Abin encontrava-se, naquele momento, em processo de aprovação de seu nome no Senado Federal, e somente assumiu o cargo em 29 de maio de 2023”, salienta o MRE.

O caso foi descoberto pela PF no inquérito para investigar irregularidades na gestão do

ex-diretor-geral da Abin, o hoje deputado federal Alexandre Ramage (PL-RJ), também investigado no Supremo Tribunal Federal (STF) por participação em uma tentativa de golpe de Estado.

Conversa

Para conter os danos da operação, Mauro Vieira entrou em contato com Rubén Lezcano. Segundo o ministro paraguaio, o chanceler brasileiro negou, categoricamente, que o governo federal tenha autorizado a ação de espionagem. Em nota divulgada após a conversa, o governo do Paraguai disse não ter qualquer tipo de evidência das invasões, mas afirmou que o caso está sendo investigado.

“Temos a tranquilidade de que as informações que administramos no âmbito de nossas negociações internacionais estão resguardadas. Estamos trabalhando ordenadamente e com todos os elementos que nos permitam proteger a informação de nosso país”, salientou Lezcano.

O ministro paraguaio disse, ainda, que a diplomacia do seu país não se baseia em publicações na imprensa e que todos os canais de comunicação com o Brasil são de caráter institucional e oficial. Lezcano também “ratificou as boas relações entre os dois países”.